



## ESTUDO ESPECIAL

1º Trimestre de 2026

**Por que a Economia Cresce, mas a Popularidade Recua?  
O Paradoxo da Carestia**

**Kinitro**  
CAPITAL

# Por que a Economia Cresce, mas a Popularidade Recua?

## O Paradoxo da Carestia

### Introdução

O cenário eleitoral brasileiro em 2026 apresenta um desafio particular para os analistas: a desconexão entre a força dos indicadores macroeconômicos e a avaliação do Governo Federal. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) avança, o desemprego recua para patamares historicamente baixos e a inflação oficial (IPCA) sob controle é celebrada em Brasília, a popularidade presidencial enfrenta um "teto de vidro", especialmente nos estratos intermediários de renda, segmento alvo de diversas "entregas" do governo visando as eleições.

O objetivo desse estudo é jogar um pouco de luz nesse descompasso, que chamamos de **Paradoxo da Carestia**, fenômeno no qual a melhora dos principais dados econômicos é neutralizada por um elevado custo de vida que asfixia o orçamento doméstico.

Para dar materialidade a essa percepção, propusemos a utilização de um índice simples que refletisse o custo de vida da população, inspirado no conceito de *affordability*<sup>1</sup>. A nossa ideia foi adaptá-lo para o consumo de alimentos (compra de uma cesta básica), sendo essa uma forma simples, direta e realista de medir o bem-estar cotidiano da população brasileira.

**Em síntese, ele responde à pergunta: "O quanto este item cabe no bolso das pessoas?".** O índice mede quantas cestas básicas uma pessoa consegue adquirir com o que resta de sua renda após o pagamento de seus compromissos financeiros.

Assim, diferentemente das métricas tradicionais de inflação, o chamado **Índice de Custo de Vida - Alimentos (ICV-Alimentos)** foca na capacidade de compra real.

Inicialmente, em um nível mais macro, analisamos o indivíduo representativo, a partir da renda média das famílias descontada do pagamento dos compromissos financeiros em contraposição ao custo de uma cesta básica. Ao isolar o rendimento líquido e focar na liquidez necessária para a segurança alimentar, o índice revela como a inflação e o peso do serviço das dívidas das famílias podem neutralizar ganhos salariais nominais.

Mais à frente, a análise dedica especial atenção aos diferentes tipos de ocupação do trabalho, segmentando o índice entre diferentes categorias de trabalhadores, formais e

informais, além de beneficiários da previdência e seguridade social.

A partir desses resultados, o estudo busca, por fim, demonstrar que a popularidade é, em última instância, uma função dessa "folga" orçamentária das famílias. O eleitor não julga o governo apenas pelo crescimento do PIB, nível da taxa de desemprego ou inflação, dando mais importância à percepção de seu próprio custo de vida. Quando o ICV-Alimentos piora, a avaliação do governo se deteriora: é a economia do cotidiano ditando os rumos da política nacional.

### ICV-Alimentos

O ICV-Alimentos é calculado em diferentes níveis de agregação com o intuito de estratificar a análise. Em um nível mais macro, buscamos o indivíduo representativo. Para isso, utilizamos a renda nacional disponível bruta das famílias (RNDBF) restrita per capita e descontamos o comprometimento de renda para finalmente verificar o quanto esse rendimento representa em termos de cestas básicas.

Em um nível um pouco mais micro, para capturar a heterogeneidade do mercado de trabalho, estratificamos o indicador por ocupação, conforme a PNAD. Debruçamos a análise sobre o rendimento médio mensal de trabalhadores formais e informais.

O mais importante é o recorte da Classe C. Definimos como o indivíduo com renda de 3 salários-mínimos (SM), o que hoje fica ao redor dos R\$ 5.000,00. Esse valor é a referência de corte para a isenção do Imposto de Renda (IR) proposta pelo governo, representando o fiel da balança na popularidade presidencial.

Por fim, analisamos os aposentados e pensionistas do INSS, por meio do valor médio dos benefícios concedidos.

### O Paradoxo da Carestia

Antes de explorarmos o ICV-Alimentos em profundidade, é fundamental observar o comportamento de duas forças que compõem o índice: o custo da cesta básica e o comprometimento de renda das famílias.

A despeito do crescimento real nos rendimentos da população nos últimos anos, a percepção de melhora esbarra na forma como o cidadão comum avalia a economia: ele é

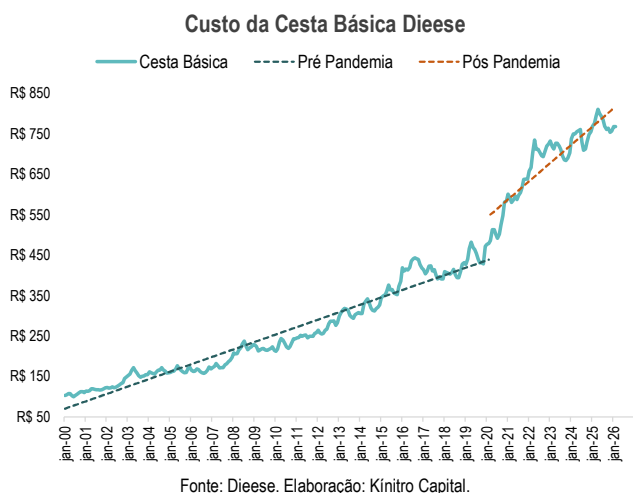
<sup>1</sup> O índice de *affordability* é uma métrica econômica que relaciona o custo de um bem ou serviço essencial, geralmente habitação ou saúde, com a renda média de uma população ou indivíduo e se

baseia no conceito de *Disposable Personal Income* (DPI) do Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA.

sensível ao que chamamos de “price-level”. Em outras palavras, o eleitor não comemora o menor patamar da inflação na margem, pois o que importa para ele é o peso do nível absoluto dos preços na prateleira do supermercado.

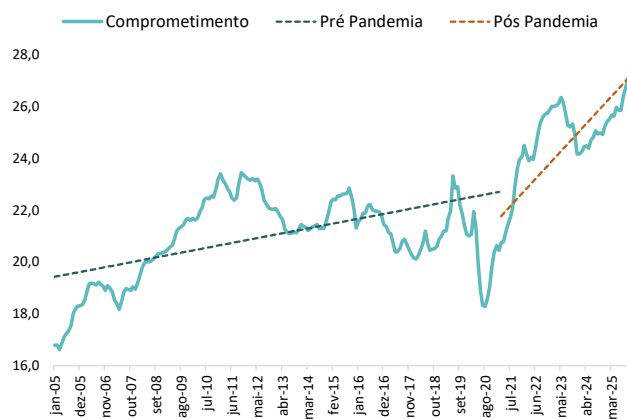
O exemplo do arroz ilustra essa dinâmica com perfeição. O pacote de 5 kg, que custava R\$ 15 em 2019, saltou para R\$ 31 em 2024. Mesmo recuando mais de 25% no ano passado, para a faixa de R\$ 23, essa forte deflação recente não foi suficiente para gerar alívio político. O contraste de percepções é evidente: enquanto para o analista macroeconômico a inflação da cesta básica parece ancorada e sob controle, para o chefe de família a realidade é outra. Na gôndola, o arroz simplesmente consolidou-se em um patamar de preços 50% superior ao que ele desembolsava no final de 2019.

Essa mudança de nível pode ser observada no custo da cesta básica medido pelo DIEESE. Ele sofreu um importante deslocamento de nível no pós-pandemia, assumindo uma inclinação ascendente mais intensa do que a sua tendência histórica.



Para suportar esse choque de preços, as famílias recorreram a um maior endividamento. Isso fica claro na evolução do Comprometimento de Renda que rapidamente avançou para um nível recorde. O agravante dessa dinâmica é a "ilusão orçamentária" envolvida. O cidadão utiliza linhas de crédito emergenciais (rotativo do cartão e o cheque especial) como uma extensão do seu salário. Na prática, ele está complementando seu orçamento doméstico mensal ao custo de um juro altíssimo.

### Comprometimento de Renda ex-habitacional (%)

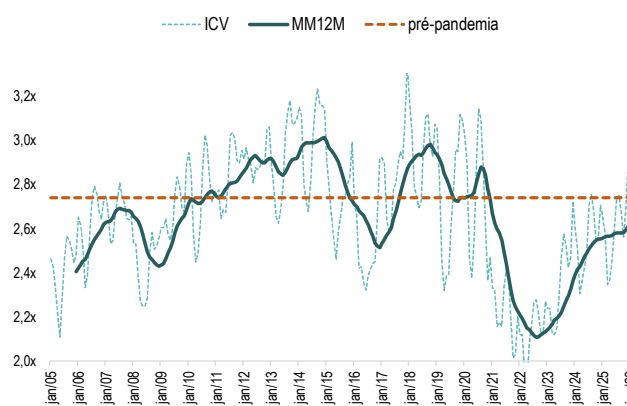


A dinâmica desses componentes revela uma combinação perversa, que dilui na prática os ganhos nominais de renda e fornece importantes pistas do que observamos no nosso índice.

A análise histórica do ICV-Alimentos Nacional, a partir da RNDBF per capita, demonstra que, apesar da trajetória de recuperação iniciada em 2023, o poder de compra do brasileiro médio ainda não restabeleceu o equilíbrio pré-pandemia. O indivíduo representativo brasileiro está vivendo uma recuperação, mas incompleta.

O hiato entre a média atual e o patamar histórico pré-pandemia explica o Paradoxo da Carestia: a economia cresce, mas o indivíduo ainda se situa abaixo da década passada. A avaliação do governo encontra resistência justamente porque o bem-estar alimentar, embora em ascensão, permanece aquém da memória afetiva de consumo das famílias.

### ICV – Alimentos: Nacional



Entre 2010 e o início de 2015, a média móvel (linha sólida escura) operou consistentemente acima de 2.8x. Isso significa que o brasileiro médio conseguia comprar quase 3 cestas básicas com sua renda líquida. Esse foi o ápice do poder de compra alimentar da última década. O gráfico também mostra uma queda dramática com a pandemia, atingindo o ponto mais baixo da série em 2022.

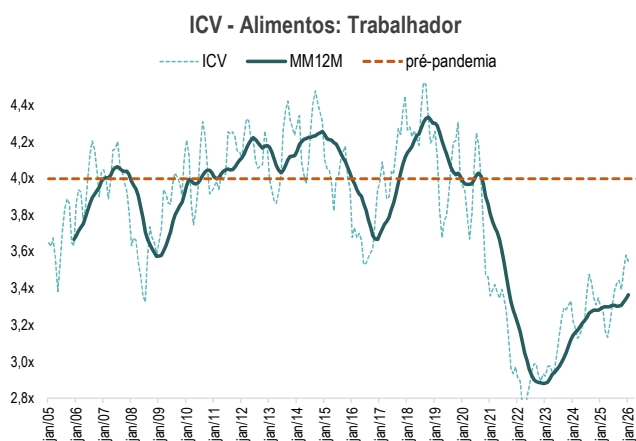
Há um detalhe crucial: O ICV atual (linha pontilhada azul) está tentando voltar para o nível pré-pandemia (linha laranja), mas a Média Móvel de 12 meses (MM12M) ainda está abaixo

desse patamar. Isso quer dizer que o indivíduo se situa ligeiramente abaixo do que vivia em 2014 ou 2019. O olhar na ponta reflete melhor a sensação de que a economia melhorou, mas não voltou totalmente ao normal.

No gráfico a seguir, analisamos o ICV sob a ótica do trabalhador representativo, focando no rendimento médio da PNAD em vez da RNDBF (que inclui rendas de capital, juros e lucros). Enquanto o ICV-Alimentos Nacional mostrava uma tentativa de retorno ao nível pré-pandemia, o retrato do trabalhador representativo mostra uma realidade mais dura.

O indivíduo que vive estritamente do rendimento de seu trabalho está muito mais longe de recuperar seu padrão de vida histórico do que os agregados nacionais sugerem. Isso explica por que o PIB cresce, mas o descontentamento nas ruas persiste.

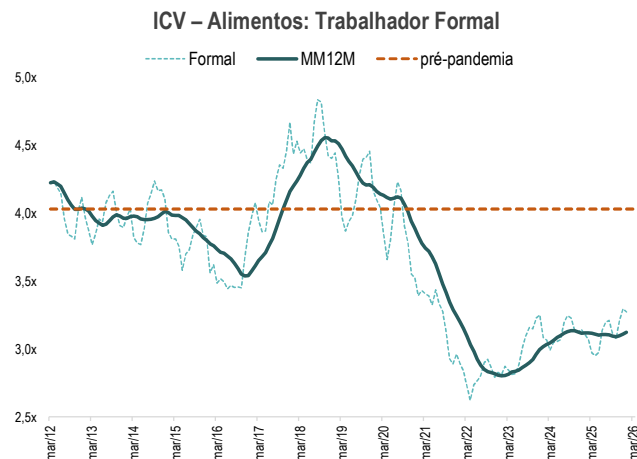
Ele enfrenta um hiato de quase 20% em seu poder de compra de alimentos em relação ao pico histórico. Isso demonstra que a massa salarial atual, embora crescente e recorde, não tem sido suficiente para restaurar o padrão de consumo de alimentos da década passada.



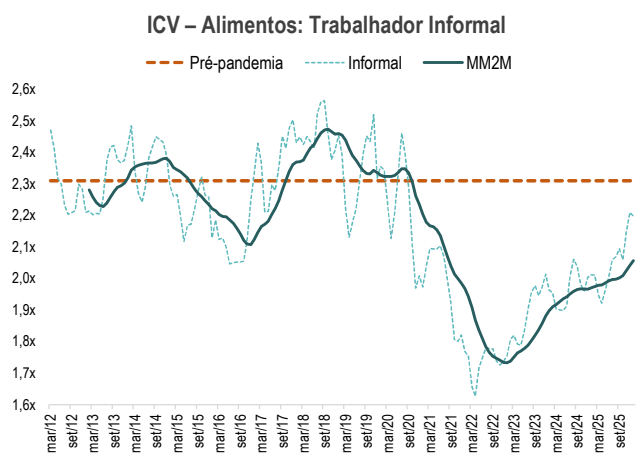
Fonte: IBGE/BCB/Dieese. Elaboração: Kínitro Capital.

Os resultados segmentados entre trabalhadores formais e informais revelam uma dinâmica perversa do Paradoxo da Carestia. Enquanto o formal permanece estagnado em um patamar de consumo 20% inferior ao período pré-pandemia, devido à sua rigidez contratual, o informal apresenta uma recuperação mais célere.

<sup>2</sup> A *gig economy* é caracterizada pelo trabalho temporário, freelance e/ou contratos pontuais, em vez de empregos tradicionais. Geralmente intermediados por aplicativos e plataformas digitais (como Uber, iFood, Airbnb), os trabalhadores têm maior



Fonte: IBGE/BCB/Dieese. Elaboração: Kínitro Capital.



Fonte: IBGE/BCB/Dieese. Elaboração: Kínitro Capital.

Essa melhora não vem de ganhos de produtividade ou valorização da hora trabalhada, mas sim de uma possível extensão da jornada de trabalho, especialmente na *gig economy*<sup>2</sup>. A ideia é que o trabalhador informal vem ajustando o seu maior custo de vida a partir de um maior número de horas trabalhadas.

Dados do IBGE<sup>3</sup> revelam que os trabalhadores de aplicativos operam com uma jornada média de 45 horas semanais, superando a jornada efetiva do setor privado com carteira assinada.

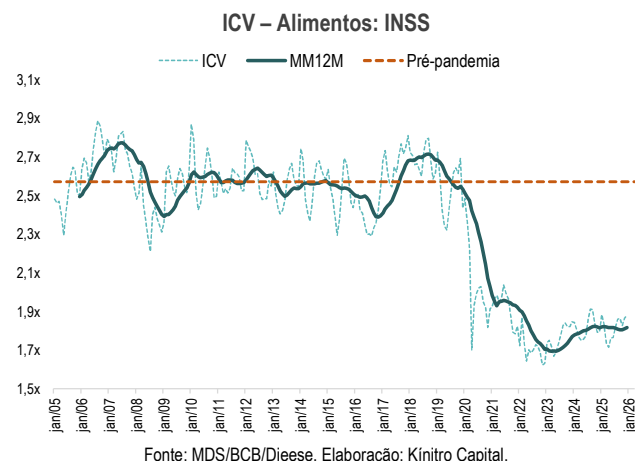
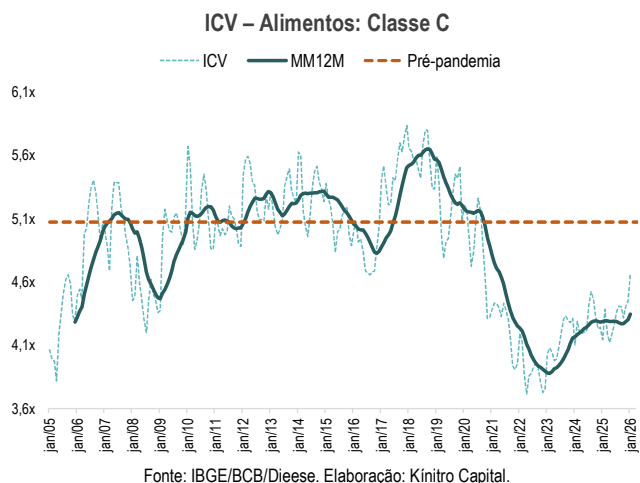
Vale destacar que a proposta de redução da jornada de trabalho, a chamada PEC 6x1, não afeta essa categoria, sendo uma medida que não trará capital político ao governo desse eleitor.

O retrato mais importante é o ICV-Alimentos: Classe C, aqui representada pela *proxy* de 3 SM (alvo da isenção do IR). Esse estrato é considerado o fiel da balança eleitoral no Brasil, sendo classificado como o grupo que define eleições e cuja percepção de bem-estar dita a estabilidade do governo.

flexibilidade de horário, mas operam sem vínculo empregatício e, frequentemente, sem benefícios trabalhistas.

<sup>3</sup> Trabalho por meio de Plataformas Digitais, 2024.

<[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_media/ibge/arquivos/59722d4ac24bd853f52f54f12b9514f7.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/59722d4ac24bd853f52f54f12b9514f7.pdf)>



O ICV-Alimentos da Classe C também revela por que algumas “entregas” programadas para esse ano não estão se traduzindo em capital político. Houve melhora da Classe C no governo Lula, mas ela estabilizou em um padrão de vida significativamente pior do que tinha em 2019 ou mesmo antes, ao longo da década passada.

Diferente da base da pirâmide, que recebeu reforços robustos no Bolsa Família, ou do topo, que absorve a inflação sem mudar seus hábitos, a Classe C vive uma asfixia. Com uma renda de ~R\$ 5.000,00, o indivíduo não é considerado vulnerável, mas vê sua “gordura” orçamentária ser corroída pelo elevado custo de vida, seja do supermercado ou de seus compromissos financeiros. Para esse eleitor, a isenção do IR é percebida como um alívio insuficiente diante de uma carestia que se tornou estrutural.

A estagnação do ICV da Classe C no patamar de 4.3x explica a dissociação observada nas pesquisas de opinião, onde o eleitor reconhece que a economia melhorou, mas sente que o governo não “entregou” a prosperidade prometida.

As medidas fiscais, como a isenção do IR, focam em aumentar o rendimento nominal (numerador do índice), mas são anuladas pelo aumento do comprometimento de renda e pela manutenção dos preços de alimentos em níveis elevados (denominador). Para a Classe C, a distância entre o custo da cesta básica e a linha tracejada de 5.1x é um hiato que a atual política econômica não tem fechado.

Diferente do trabalhador, especialmente o informal que foi para os aplicativos trabalhar 45h/semana em média, o beneficiário do INSS tem elasticidade zero na sua capacidade de gerar renda extra. Assim, esse segmento da sociedade parece ser o maior refém do Paradoxo da Carestia.

O gráfico demonstra uma quebra estrutural: após 15 anos de relativa estabilidade (oscilando em torno de 2.6x cestas básicas), o poder de compra despencou e estagnou abaixo de 2.0x.

É importante frisar a chamada ilusão do reajuste, já que o INSS é reajustado pelo salário-mínimo para quem ganha o piso. Se a inflação de alimentos sobe mais do que o índice geral ou a renda é agravada por um maior comprometimento de renda, a indexação proposta pode ser insuficiente para recompor o seu custo de vida.

Pesquisa da Genial/Quaest<sup>4</sup>, realizada entre os dias 5 e 9 de fevereiro, mostra que 55% dos brasileiros afirmam que sua renda atual não é suficiente para acompanhar o aumento do custo de vida. Apenas 12% declaram que seus ganhos superaram o índice de preços, permitindo uma melhora na qualidade de vida.

A insatisfação com a inflação não está restrita a um grupo específico. Ela atinge as diferentes camadas da sociedade. De acordo com a Quaest, a percepção de que a renda ficou para trás é majoritária em todas as faixas salariais. Geograficamente, o sentimento de perda financeira também é generalizado. O Centro-Oeste e o Norte lideram o pessimismo, com 58% dos moradores sentindo o impacto negativo. Em seguida vem o Sudeste (56%), Sul (55%) e o Nordeste (52%).

Em resumo, o quadro geral mostra que o indivíduo representativo nacional percebe que a economia melhorou, mas ainda não voltou ao normal. O trabalhador formal e a Classe C (proxy dos 5k) estão estagnados num patamar baixo, o que dilui o efeito da isenção de IR. Já o informal foi o único que recuperou mais rápido as perdas da pandemia, mas provavelmente ao custo de um maior número de horas trabalhadas. Por fim, o beneficiário representativo do INSS não consegue sair do “fundo do poço” por falta de mobilidade de renda, apesar da indexação do piso do benefício e dos ganhos reais dos últimos anos.

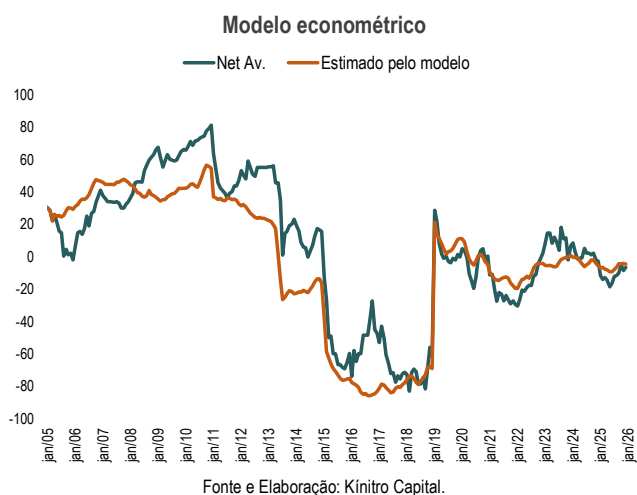
<sup>4</sup><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2026/02/maioria-diz-que-renda-nao-acompanha-alta-de-precos-mostra-quaest.shtml>

## O ICV-Alimentos e a Popularidade do Incumbente

Na seção anterior, mostramos através do ICV-Alimentos que o eleitor mediano (especialmente da Classe C) vivencia uma realidade descolada do que mostram os principais agregados macroeconômicos.

Para comprovar o Paradoxo da Carestia desenvolvemos um modelo econométrico <sup>5</sup>, analisando as oscilações da avaliação presidencial ao longo de vinte anos (2005–2025). **O objetivo foi isolar os diversos fatores da economia e da política para responder a uma pergunta central: o que o eleitor realmente leva em consideração quando responde a uma pesquisa de avaliação?**

Os resultados explicam quase 60% de todas as oscilações de popularidade presidencial do período. O gráfico a seguir mostra a evolução da avaliação líquida do governo *vis a vis* o explicado pelo modelo, relevando sua aderência aos dados.



Mais importante do que isso, os dados revelam uma hierarquia clara e nas prioridades do brasileiro. Estatisticamente, a capacidade da renda comprar a cesta básica se mostrou como a maior força da avaliação do governo.

Traduzindo os coeficientes do modelo para a economia real, chegamos à seguinte conclusão: **para cada 1% de perda no poder de compra de alimentos, o governo sofre uma queda consolidada de ~0,40 p.p. em sua Avaliação Líquida ao longo de um trimestre.** Isso quer dizer que em um cenário polarizado, sucessivas perdas de poder de compra são suficientes para derreter o capital político de qualquer incumbente.

O modelo também revela que o eleitor pune essa carestia em duas ondas: (i) Existe um impacto imediato e estatisticamente significativo. Quando o custo de vida sobe no mês corrente, a avaliação do governo já sofre um primeiro golpe. (ii) O

impacto mais forte acontece exatamente três meses após o choque. Isso reflete o esgotamento do orçamento familiar, uma vez que o indivíduo provavelmente acessa um crédito emergencial (crédito rotativo e cheque especial) para garantir seus gastos essenciais, levando a um maior comprometimento de sua renda e, conseqüentemente, a um impacto mais significativo na avaliação do governo.

Para testar se o ICV-Alimentos era realmente um fator decisivo, o modelo avaliou o impacto de dois grandes indicadores que dominam os noticiários: a taxa de desemprego e a inflação de serviços (mensalidades, cabeleireiros, aluguel, condomínio). Na presença do ICV-Alimentos ambos não apresentaram significância estatística para explicar a avaliação do governo.

Isso quer dizer que o fato de "estar ocupado" e fora das estatísticas de desemprego não gera capital político se o dinheiro não alcança os preços do supermercado. Da mesma forma, o eleitor absorve aumentos nos serviços gerais, mas não a inflação de subsistência.

Para garantir que o impacto dos alimentos não fosse uma "ilusão" estatística, o modelo foi expurgado de choques externos e políticos. Incluímos as variações da taxa de câmbio para isolar momentos de pânico global e/ou crises de confiança que desvalorizam o real. Embora o câmbio afete o humor macroeconômico, o poder de compra dos alimentos manteve sua maior importância.

Isolamos também o efeito dos anos eleitorais (quando os governos injetam recursos na economia). Os dados corroboram as análises empíricas, mostrando que a máquina pública garante um ganho artificial importante de avaliação líquida no ano eleitoral (o poder da caneta). Contudo, mesmo isolando esse grande ruído político, o custo de vida alimentar permaneceu como o fator determinante para o eleitor.

Em resumo, o modelo corrobora a tese do Paradoxo da Carestia. O governante é avaliado não somente pela manchete de geração de empregos ou pela inflação controlada. O termômetro da popularidade do governo é a solvência do orçamento doméstico. Em outras palavras, quando o poder de compra da alimentação cai, a avaliação do governo cai junto.

<sup>5</sup> A descrição, a equação e o detalhamento dos resultados do modelo econométrico podem ser conferidos no Anexo.

## Nossa Visão

O estudo analisou o chamado Paradoxo da Carestia: a dissonância entre um cenário de crescimento do PIB e mínimas históricas de desemprego, ou o “Brasil do Jornal”, e a exaustão financeira do eleitor mediano frente ao custo de vida básico, o “Brasil do Supermercado”.

O quadro geral mostrou que o indivíduo representativo nacional percebe que a economia melhorou, mas ainda não voltou ao normal. Isso quer dizer que ele permanece abaixo dos níveis de 2014 ou 2019. O olhar na ponta reflete melhor a sensação de que a economia melhorou, mas que não voltou totalmente ao normal.

O trabalhador formal e a Classe C (*proxy* dos 5k) estão estagnados num patamar bem abaixo do pré-pandemia, o que dilui bastante o efeito da medida de isenção de IR, a principal bandeira do atual governo.

O informal foi o único que recuperou mais rápido as perdas da pandemia, mas ao custo de um maior número de horas trabalhadas.

Por fim, o beneficiário representativo do INSS não consegue sair do “fundo do poço” por falta de mobilidade de renda, num patamar de poder de compra estruturalmente inferior ao do período pré-pandemia, apesar da indexação do benefício e dos ganhos reais dos últimos anos.

Para testar a validade empírica dessa tese, desenvolvemos um modelo econométrico analisando as oscilações da avaliação presidencial ao longo de vinte anos (2005–2025).

O objetivo foi isolar os diversos fatores da economia e da política para responder a uma pergunta central: o que o eleitor realmente leva em consideração quando responde a uma pesquisa de avaliação?

Os resultados explicaram quase 60% da variância da avaliação e revelaram uma hierarquia clara. A capacidade do rendimento em comprar a cesta básica provou ser o principal vetor da avaliação do governo.

Revelou que para cada 1% de perda no poder de compra de alimentos, a Avaliação Líquida ao longo de um trimestre sofre uma queda consolidada de ~0,40 p.p..

Outro achado importante é que a máquina pública garante um ganho artificial importante de avaliação líquida no ano eleitoral. Ou seja, o poder da caneta não pode ser subestimado.

O estudo está longe de cobrir as diversas lacunas do tema. Nesse sentido, sugerimos alguns pontos para quem deseja aprofundar a investigação, como: (i) o impacto das apostas eletrônicas (*Bets*) no orçamento das famílias; (ii) os fenômenos do *trading down* e *shrinkflation*, quando os indivíduos compram produtos de qualidade inferior e/ou sofrem com a redução das quantidades; (iii) as novas

engrenagens do crédito, como o efeito do “Pix Parcelado”; (iv) a heterogeneidade regional; e (v) a estratificação do comprometimento de renda, refletindo melhor a realidade de cada segmento analisado.

Certo é que a pouco mais de seis meses das eleições, a convergência entre os nossos modelos preditivos e a leitura da conjuntura econômica segue indicando um pleito altamente competitivo.

De um lado, o presidente Lula carrega a vantagem de sua longa experiência política e o peso da caneta do incumbente. Do outro, a oposição atua para capitalizar o descontentamento da população, procurando explorar flancos historicamente sensíveis ao campo da esquerda, como a segurança pública e a corrupção.

A forte polarização do país, o desgaste das principais lideranças e a percepção crescente de que o “sistema” está quebrado formam o pano de fundo de um eleitorado frustrado. Quando somamos a exaustão do poder de compra das famílias, traduzido aqui no Paradoxo da Carestia, reforça-se a nossa visão de que teremos mais uma disputa acirrada.

## Anexos

O ICV-Alimentos segue a seguinte formulação básica:

$$ICV_{Alimentos_t} = \left[ \frac{Rendimento_t \times (1 - Comprometimento_t)}{Custo Cesta Básica_t} \right]$$

Onde:

- Rendimento é a medida empregada para a renda do indivíduo representativo, podendo ser a RNDBF, o rendimento médio do trabalhador pela PNAD ou o benefício médio concedido pelo INSS, por exemplo.
- Comprometimento mede a Relação entre o valor correspondente aos pagamentos esperados para o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional e a renda mensal das famílias.
- Custo Cesta Básica medido pelo DIEESE.

### Equação e Detalhamento dos Resultados do Modelo

Para comprovar o Paradoxo, desenvolvemos um modelo ARDL (*Autoregressive Distributed Lag*, ou Modelo Autorregressivo de Defasagens Distribuídas) com dados das oscilações da avaliação presidencial ao longo de vinte anos (2005–2025). Esse modelo traduz melhor o fenômeno, separando duas dinâmicas cruciais: o fator autorregressivo (AR), que captura a "memória do eleitor", e as defasagens distribuídas (DL), que mapeiam a transmissão dos choques econômicos, mostrando que a carestia não gera um efeito contemporâneo e total no momento da compra, mas sim um desgaste defasado. Ao unir essas duas engrenagens, o modelo retrata com mais fidelidade a dinâmica esperada da carestia sobre a avaliação do governo.

Abaixo, a especificação do modelo:

$$\begin{aligned} \Delta NetAv_t = & \alpha + \rho \Delta NetAv_{t-1} + \sum_{i=0}^3 \beta_i \Delta(ICV_{Alimentos_{t-i}}) \\ & + \theta_1 \Delta \ln(Desemprego_t) + \theta_2 \Delta \ln(IPCA_{Serviços_t}) + \theta_3 \Delta \ln(PTAX_{Venda_t}) \\ & + \gamma AnoEleitoral_t + \delta X_t + \epsilon_t \end{aligned}$$

Onde:

- Net Av é a variação mensal da Avaliação Líquida do presidente.
- ICV-Alimentos é a variação do poder de compra de alimentos.
- Desemprego e IPCA-Serviços testam a sensibilidade aos indicadores macro tradicionais.
- Ptax (Taxa de câmbio), inserida para isolar choques externos e crises globais de confiança.
- Ano Eleitoral é uma variável cíclica que representa o uso da máquina pública no ano eleitoral.
- O vetor X é um vetor de controles políticos exógenos.

A tabela a seguir consolida os resultados da estimação do modelo ARDL. Com um R-quadrado ajustado de 58%, o modelo demonstra boa capacidade explicativa para a variação da aprovação presidencial, utilizando erros-padrão robustos (HAC) para assegurar a validade estatística das inferências.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística-t	Valor-p
<b>Inércia (Defasagem da Dependente)</b>				
D(NET_AV(-1))	-0,07	0,04	-1,72	0.09 *
<b>Variáveis Econômicas (Dinâmicas)</b>				
DLOG(ICV_ALIMENTOS)	18,79	10,59	1,77	0.08 *
DLOG(ICV_ALIMENTOS(-1))	1,95	11,23	0,17	0,86
DLOG(ICV_ALIMENTOS(-2))	15,56	10,91	1,43	0,16
DLOG(ICV_ALIMENTOS(-3))	20,32	9,47	2,15	0.03 **
DLOG(IPCA_SERV)	-90,41	70,27	-1,29	0,20
DLOG(PTAX_VENDA)	-14,68	8,80	-1,67	0.10 *
DLOG(DESEMPREGO)	-11,54	20,13	-0,57	0,69
<b>Choques e Controles Políticos</b>				
ANO_ELEITORAL	1,70	0,70	2,44	0.01 **
D_SUBPRIME	5,77	1,70	3,38	0.00 ***
D_DILMA1	-15,35	0,99	-15,53	0.00 ***
D_PASSEATAS	-14,01	5,92	-2,37	0.02 **
D_DILMA2	-18,75	2,88	-6,51	0.00 ***
D_BOLSONARO	90,88	0,99	91,59	0.00 ***

#### Estatísticas de Ajuste do Modelo:

R-quadrado: 0.60

R-quadrado Ajustado: 0.58

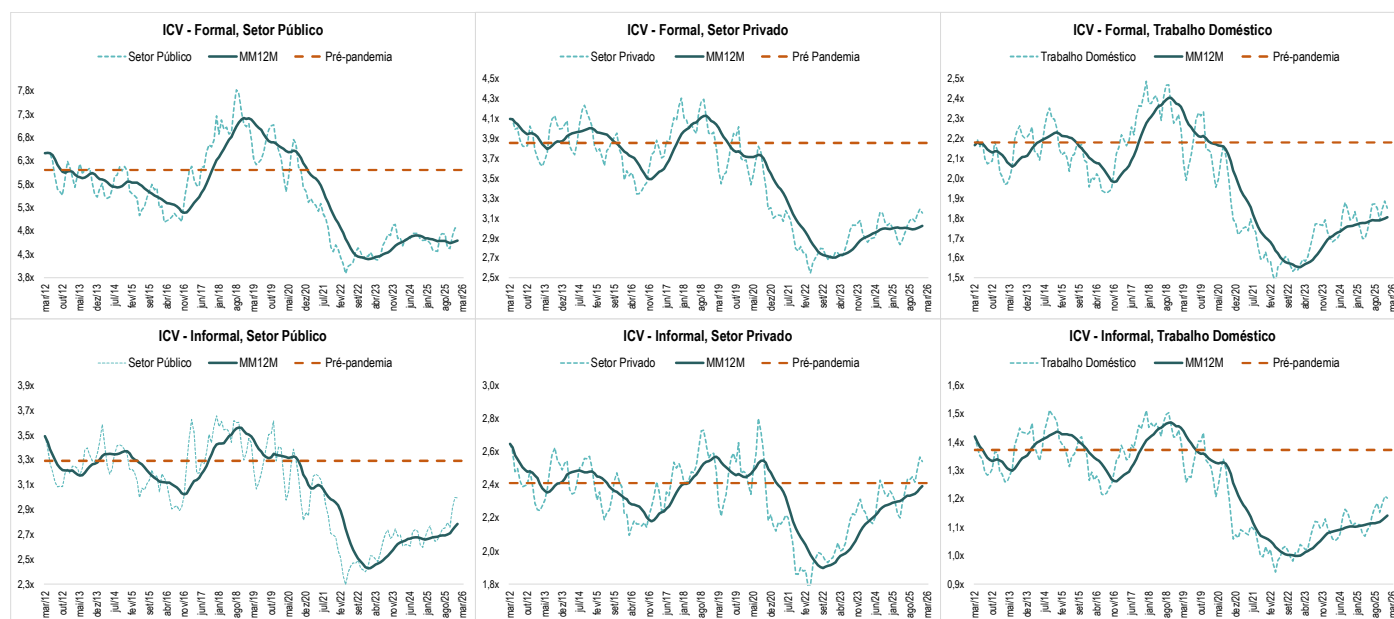
Erro Padrão da Regressão: 5.58

Estatística Durbin-Watson: 2.19

Critério de Informação Akaike (AIC): 6.34

Nota: Níveis de significância denotados por: \*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.10$ .

## Detalhe dos ICV-Alimentos por Posição Ocupada na PNAD



# Kínitro

CAPITAL



[KINITRO.COM.BR](http://KINITRO.COM.BR)